



Recursos de Oríem, Investimentos e Expectativas de Retribuição na Militância no MST

*Odaci Luiz Coradini**

Resumen

El principal problema tratado son las relaciones y tensiones entre los intereses y actividades de la militancia y las diferencias en las expectativas de la remuneración en los asentamientos de la reforma agraria vinculados con el MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra). Como se trata de un asentamiento que concentra muchos "líderes" destacados del "movimiento" y donde fue puesta en práctica de modo más completo la orientación de la "socialización de la producción", la situación creada y su evolución explican de modo particular las razones para el enganche diferenciado de los trabajadores y las relaciones con la militancia. En el tránsito de la fase inicial del campamento a la de asentamiento, mientras que para la dirección pasa a ser cada vez más importante fortalecer su posición de liderazgo y mediación de las políticas y recursos públicos, a los colonos se les hace cada vez más difícil mantenerse por el fuerte impacto del empleo de los militantes. Además de la nueva situación derivada de la obtención de la parcela de tierra y los requisitos del ciclo productivo, entran en el nuevo contexto otras condiciones y exigencias de orden familiar. En consecuencia, tienden a aumentar las diferencias en las expectativas de la militancia; que abarcan, por un lado, aquellas más pragmáticas como la visibilización como agricultor o la readaptación profesional en condiciones razonables y por el otro, expectativas particularmente más simbólicas o "políticas", asociadas a la lucha por modelos ideales organización social¹.

Palabras clave: Asentamientos agrarios, Movimiento de los Sin Tierra, MST, Militancia, expectativas.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Brasil. E-mail: coradini@ufrgs.br

1 A pesquisa da qual resultou o material utilizado começou a ser realizada em 2006. Além de alguns levantamentos relativamente detalhados disponíveis, o material empírico é constituído pelas entrevistas realizadas com boa parte dos assentados.

Resources of Origin, Investments and Expectations of Retribution by Militancy in the MST

Abstract

This study explores the relations and tensions between the interests and activities of the militancy and differences in the expectations for remuneration in agrarian reform settlements connected with the MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra—Movement of Landless Rural Workers). Since this was a settlement that concentrated many distinguished “leaders” of the “movement” where the orientation toward “socializing production” was put into practice most completely, the situation created and its evolution explain specifically the reasons for the differentiated payment/downpayment/engagement? of the workers and the relations with the militancy. During the transition from the initial camp phase to that of the settlement, while it became increasingly important for the directors to strengthen their position of leadership and mediating public policies and resources, for the settlers, it became increasingly more difficult to maintain themselves due the powerful impact of employing the militants. In addition to the new situation derived from obtaining a plot of land and requirements of the productive cycle, other conditions and requirements regarding family entered the new context. Consequently, differences in the expectations of the militancy tended to increase, which included, on one hand, more pragmatic matters such as visibilization as a farmer or professional re-adaptation under reasonable conditions and, on the other hand, expectations particularly more symbolic or “political,” associated with the struggle for ideal social organization models.

Key words: Agrarian settlements, Movimiento de los Sin Tierra, MST, militancy, expectations.

O presente artigo apresenta resultados da análise das relações entre os interesses e lógicas sociais subjacentes ao militância e suas mudanças, particularmente no que tange às tensões e confrontos entre o engajamento em atividades militantes e demais esferas de atividades. Mais especificamente, trata-se do estudo do trajeto militante dos componentes de um assentamento de reforma agrária vinculado ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), onde esse tipo de confronto, particularmente entre a militância, a produção agrícola e a família (como unidade de parentesco ou de produção e de consumo) e os processos de mudança em curso se tornam muito evidentes e adquire contornos particulares.

O assentamento em pauta, Novo Mundo², por uma série de circunstâncias, acabou concentrando muitos militantes, ou “lideranças” de destaque do

2 Tudo que pudesse identificar o assentamento ou seus componentes foi substituído por nomes fictícios.

“movimento” e de agentes ligados à Igreja Católica. Consequentemente, esse assentamento consiste num daqueles em que foram postas em prática num grau mais intenso diferentes propostas e, por um determinado período, inclusive aquela de “socialização” do conjunto do ciclo e dos meios de produção, através da criação de uma cooperativa de “produção coletiva”. Desse modo, a situação criada e os processos envolvidos em sua evolução têm o efeito de explicitar de modo particular as diferentes razões do engajamento e as relações com o militância, ou com o “movimento”, e as espécies de retribuição pretendidas. Trata-se de um assentamento, inicialmente, com pouco menos de uma centena de famílias, na região central do Rio Grande do Sul, formado no final dos anos oitenta.

Em termos gerais, uma das condições que estão na base das mobilizações sociais das quais resultam os assentamentos como esse em pauta, pelo menos com as características que lhes são próprias, são as fortes transformações pelas quais passou a agricultura regional, e brasileira em geral, particularmente na segunda metade do século passado. Mais especificamente, é importante salientar a crise de reprodução da agricultura familiar em piores condições nas relações com o mercado e com as novas tecnologias que passaram a se impor. Esse processo não se restringe à esfera econômica, abrangendo diferentes esferas de ação social. Portanto, além dos problemas analíticos próprios da abordagem da mobilização e protesto social, entram em pauta as condições próprias decorrentes de se tratar de agentes sociais inseridos numa estrutura de predominância de pequena propriedade rural, vinculada a determinados esquemas de mediação social e política.

Como é mais bem detalhado adiante, isso tem efeitos diretos nas modalidades de engajamento e militância, nos conflitos internos ao “movimento” e em suas transformações. Em termos mais gerais, trata-se do encontro de duas ordens de condicionantes, ou seja, por um lado, entram em pauta as condições sociais enquanto “sem terra” ou pequeno proprietário e categorias próximas, em crise de reprodução social. Por outro, estão em pauta diretamente as condições de possibilidade dessa mobilização e seus efeitos nas formas de inserção social dos envolvidos. Partindo de alguns pressupostos que destacam as lógicas sociais específicas e os custos de diferentes ordens implicados nas atividades de organização, definição e representação de interesses³, cabe destacar, as relações das mobilizações pela reforma agrária com os já mencionados pro-

3 Sobre a dependência do encontro entre as disposições e as expectativas dos membros e a estrutura de ofertas das empresas de mobilização, as diferenças de condições quanto à valorização das retribuições e suas relações com as demais esferas da “vida pessoal” e sua evolução, ver Caxie (2005: 179-180).

cessos de mudanças na agricultura familiar e a conseqüente crise de reprodução de seus segmentos nas condições mais precárias. Em segundo lugar, esta mobilização e as formas que adquire devem ser tomadas relativamente à estrutura de mediação presente, onde se destacam as redes e agentes vinculados a algumas organizações, dentre as quais, particularmente aquelas posicionadas num dos pólos da Igreja Católica e do sindicalismo de trabalhadores rurais (que no Brasil abrange também os pequenos proprietários), além de outras associadas mais diretamente a segmentos específicos da população rural, particularmente aqueles que foram vítimas dos efeitos da construção de grandes obras públicas, como as barragens para geração de energia elétrica.

Além das condições ou das causas do engajamento e mobilização para a reforma agrária, a situação estudada mostra-se muito fértil para a análise dos efeitos específicos nos respectivos trajetos sociais⁴. Ou seja, se por um lado, este mesmo engajamento e militância, no caso, particularmente no MST foi uma condição para a obtenção de um lote de terra, os efeitos disso são extremamente profundos, inclusive nas fases posteriores destes trajetos. Um dos principais destes efeitos é a formação de uma organização muito hierarquizada e monolítica que organiza e comanda as mobilizações. Um segundo efeito que deve ser destacado, inclusive para uma melhor compreensão das tomadas de posição, eventuais conflitos e estratégias de reprodução constatadas entre os "assentados" estudados, é que as lógicas sociais contidas nos processos de agrupamento e de mobilização mantêm graus diferenciados de afinidades e/ou contradição com as demais esferas de atuação. Isso ocorre, particularmente, na comparação entre a fase de recrutamento para o engajamento, ou de "acampamento" e as fases subseqüentes, de "assentado", na qual as lógicas próprias de inserção na estrutura e ciclos produtivos, além das demais novas modalidades de inserção social, se impõem, como é indicado em detalhes adiante.

A análise do material empírico, quanto a esse ponto, perseguiu algumas hipóteses de trabalho baseadas em determinadas proposições conceituais. A proposição mais geral parte do pressuposto de que as formas de participação política podem ser classificadas com base num vínculo individual e que se restringem à expressão de determinada "opinião" previamente constituída, cujo exemplo clássico é a participação eleitoral através do voto individual; e uma segunda forma, baseada na participação através de algum tipo de organização, que envolve a formação da opinião e a organização de sua expressão, através da constituição do "porta-voz" (Bourdieu, 2000: 81-91). Modalidades de engajamento

4 Para uma discussão mais geral sobre os efeitos do ativismo nas biografias dos envolvidos, embora num outro contexto, ver McAdam (1989).

jamento e militância como os em pauta, evidentemente, estão inscritos nessa segunda forma de participação.

É importante destacar que a segunda destas formas de participação, através de algum tipo de organização prévia, está mais diretamente associada às categorias sociais não completamente excluídas (visto que neste caso não haveria condições da própria participação) mas com recursos escassos para a formação e expressão de opinião própria. Isso implica em que, na medida em que ocorre alguma participação através de organizações, particularmente quando envolve populações com menor montante de capital cultural ou escolar, a delegação da representação a um "porta-voz" tende a ter como efeito direto uma espécie de expropriação das condições de formação e expressão da opinião individual, sendo substituída por algo como a adesão antecipada sem o domínio de todas as implicações em jogo, ou a *fides implicita*. Portanto, se no campo da representação política eleitoral a divisão do trabalho de representação entre mandantes e mandatários tende a formar uma estrutura homóloga ao campo religioso (especialistas e leigos), no engajamento e militância através de organizações associativas a constituição do "porta-voz" equivale à substituição da opinião própria por aquela do "grupo" ou de seus controladores que, no limite, pode chegar à lógica do "aparelho" (Bourdieu, 1981). Essa tendência é tanto mais forte na medida em que a eficácia da mobilização requer a necessidade de formação do capital político através da concentração de meios de luta, inclusive porque se trata de uma situação de relações de força.

Porém, além dessas premissas gerais, é necessário considerar um conjunto de condicionantes associados ao contexto histórico. Mesmo sem entrar aqui na discussão acerca das estruturas de oferta de oportunidades políticas (Tarrow, 1989), é necessário ter em consideração, em primeiro lugar, que apesar de uma eventualmente forte discussão no âmbito do espaço político e, inclusive, com a existência de alguma redistribuição fundiária (particularmente através do chamado Estatuto da Terra, instituído em 1964), a implementação desse tipo de política sempre dependeu de mobilizações específicas para tanto. Ou seja, apesar de haver conjunturas mais favoráveis, devido às relações de força política ou eleitoral e, inclusive, algum efeito no processo decisório, isso nunca foi suficiente para a existência de políticas governamentais efetivas, sistemáticas e continuadas de reforma agrária. Isso, evidentemente, constitui uma condição favorável à criação de organizações e de mobilizações dirigidas especificamente à esta questão.

Um outro condicionamento geral está mais diretamente associado à constituição da estrutura de representação de interesses dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar no Brasil. Como é conhecido, após o período autoritário houve uma relativa consolidação do sindicalismo de trabalhadores rurais, que no caso brasileiro, como já mencionado, inclui a agricultura familiar,

além dos assalariados e demais categorias de “trabalhadores”. Da atuação deste sindicalismo resultaram, inclusive, algumas políticas específicas para a agricultura familiar, particularmente quanto ao acesso ao financiamento. Mais recentemente e de modo mais intenso em algumas regiões, tem se expandido organizações dirigidas especificamente à representação de segmentos de produtores familiares, como o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Embora não caiba uma descrição minuciosa dessas organizações de representação de trabalhadores ou agricultores familiares, o que deve ser destacado é que sua relativa expansão e diferenciação, embora possa ter aumentado a concorrência pela representação, não inclui a demanda por reforma agrária como algo central em suas respectivas pautas.

Essas condições, evidentemente, são favoráveis, embora não suficientes, para a emergência e o fortalecimento de uma organização como o MST, inicialmente centrado na luta pelo acesso à terra. Porém, apesar desta característica explícita dessa organização, existem outras que têm fortes consequências para o que é exposto adiante, particularmente ao abordar a condição de “acampado” e de “assentado”. A primeira destas características a ser destacada é a ênfase em repertórios de ação (Tilly, 2004: 3) baseados em “ocupações”, “acampamentos” ou algo semelhante. Como é apresentado adiante, esse tipo de organização do protesto e da pressão está diretamente associado com determinadas rupturas de redes de sociabilidade e processos identitários, que cria ou reforça determinadas lealdades e redes de interconhecimento e de mobilização. Simultaneamente, isso cria as bases para a seleção e hierarquização de novas lideranças, num processo que não está imune ao tipo de repertório de ação e dos respectivos recursos necessários para os por em práticas.

Uma outra característica desse tipo de organização representado pelo MST que deve ser destacada são as peculiaridades no que tange às relações com os demais mediadores dos pequenos produtores familiares. Embora não seja uma exclusividade sua, visto que, particularmente no sul do Brasil o conjunto do sindicalismo de trabalhadores rurais sempre manteve vínculos fortes com o catolicismo (e em algumas regiões de colonização alemã, com o luternismo), o MST está associado mais diretamente com o pólo tido como “progressista” da Igreja Católica, através, particularmente, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), além de algumas organizações locais de movimentos de jovens. Isso não exclui a influência direta de representantes do sindicalismo, mas nas regiões ou casos em que isso ocorre com mais intensidade no recrutamento ou apoio ao MST, há um intercruzamento com as redes e as ações de representantes de igrejas.

2. A Condição de Mobilizado e de “Acampado” como Decorrência de Diferentes Condições de Possibilidades e os Custos Diferenciados da Mobilização

Num levantamento realizado em 1994 abrangendo o conjunto dos associados à cooperativa criada quando da “socialização da produção” do assentamento estudado, abrangendo mais da metade (sessenta) dos “assentados” no Novo Mundo, foi proposta a questão de como começou (ou chegou) a participar do MST. Alguns pontos relativos ao conjunto das respostas merecem ser destacados. O primeiro destes pontos consiste nas clivagens associadas às origens e trajetos sociais e geográficos, que tiveram fortes efeitos inclusive no assentamento. Trata-se da existência de três grupos relativamente distintos, o primeiro dos quais formado por aqueles que no assentamento são identificados como o “grupo” designado pelo nome do município de origem, com muito melhores condições sociais e educacionais de origem. Nesse caso, mais que “sem terra”, trata-se de “afogados”, ou seja, agricultores que tiveram suas terras de origem alagadas pela construção de uma hidrelétrica e cujo processo de indenização e reassentamento envolveu muitas disputas e ambivalências das medidas governamentais, o que contribuiu para sua maior mobilização e “politização”, enquanto redefinição e mudança dos objetivos da ação coletiva, atribuindo um significado “político” (Lagroye, 2003: 364) ao problema, parte dos quais tendo sido “acampados” e posteriormente reassentados conjuntamente com outros. Embora organizações da Igreja Católica tenham muita influência em seu recrutamento para o MST, em geral, se trata de redes distintas dos demais “sem terra”. As principais redes de recrutamento e mobilização e o processo de mobilização do assentamento original de “afogados”, nesse caso, estão baseados em grupos de jovens da Igreja Católica.

O segundo grupo é formado por aqueles expulsos das terras das reservas indígenas na década de setenta, o que provocou os conseqüentes impasses, com a formação de “acampamentos” e a “politização” da questão. Portanto, nesse caso, as principais redes que perpassam a vinculação com a mobilização por terra inicialmente passava pela situação de “acampado” como decorrência direta da expulsão das reservas indígenas. A exemplo do grupo anterior, além de organizações da Igreja Católica, também eram acionadas redes com base em relações de parentesco e de interconhecimento. Alguns chegaram a experimentar a migração para a fronteira agrícola do Centro-Oeste, tendo retornado.

Por fim, um terceiro grupo, mais amplo e difuso, é formado em sua maior parte por pequenos produtores anteriormente em condições precárias, sem viabilidade econômica ou com problemas quanto à herança dos filhos, além de categorias de “sem terra” (meeiros, parceiros, agregados, trabalhadores agrí-

colas assalariados). Nesse caso, a principal rede de recrutamento, inicialmente, foi formada pelo sindicalismo de trabalhadores rurais e, mais especificamente, pela ação de alguns líderes em municípios específicos no norte do estado. Esta ação destes líderes sindicais praticamente sempre ocorreu em conjunto com aquela de agentes da Igreja, através de organizações como a CPT, grupos de jovens baseados na "comunidade" ou de ações como reuniões de mobilização nas "comunidades" locais.

Portanto, como em geral ocorre nesse tipo de recrutamento, há uma confluência na participação de redes de diferentes naturezas⁵. Isso, no entanto, não significa que haja apenas confluência, visto que este recrutamento equivale a fortes rupturas sociais e identitárias, além de envolver situações potencialmente violentas, seja em termos psicológicos ou físicos e, inclusive, de risco. Inclusive, uma das estratégias principais de ações coletivas como o "acampamento" é a da "escandalização"⁶. Disso decorre não apenas o caráter fortemente regionalizado do recrutamento, mas também as rupturas e ambivalências envolvidas e, particularmente, os significados diversos que a mobilização pode adquirir para distintas categorias de envolvidos, em cada etapa. No que tange às redes de relações de parentesco, em muitos casos a adesão ao MST e mais especificamente, a participação em "acampamentos" pode resultar em rupturas profundas. No que tange a instituições como a Igreja Católica e mesmo o sindicalismo de trabalhadores rurais, que em algum grau podem se estruturar conforme uma lógica de campo e, portanto, se bipolarizar e incorporar o dissenso, o grau de violência simbólica e social pode ser amenizado. Porém, o mesmo não ocorre nas práticas sociais cotidianas baseadas nas relações de reciprocidade e de compromisso, em âmbito local ou nas "comunidades", onde o pertencimento ao "movimento" pode constituir um emblema estigmatizante. Para mencionar apenas um caso exemplar de relações perpassadas por esta tensão provocada pela condição de acampado, pode ser tomado aquele de um dos principais líderes e presidente da "cooperativa de produção". Conforme o mesmo, quando foi acampar:

"Eu não contei pro meu sogro, não podia contar. Saímos escondidos. Porque se contasse eles iam dar parte na polícia, não queriam nem saber. Era mais do que você assaltar hoje. (...) O meu cunhado ficou desesperado.

- 5 Sobre a importância das redes de pertencimento prévio no recrutamento para movimentos sociais, ver McAdam (1993).
- 6 Para uma discussão mais geral sobre o "número", a "ciência" e a "virtude" como principais recursos dos grupos de interesse e estratégias como a utilização da quantidade numérica, da "expertise" e do "escândalo", ver Offerlé (1998: 111-125).

Quando eu voltei, depois, ele queria dar um tiro (...) Porque tu sente que o cara fica nervoso, sabe, ele tremia de raiva. 'Tu é o culpado da minha irmã ter ido acampar, mas ela não tá passando fome'. O cara com 12 hectares de terra, sem-terra. Então era uma realidade, era uma coisa. Então tinha que fazer escondido. Hoje não, hoje tu bota no rádio, na televisão. 'Tem um acampamento lá, você não quer participar? Venham pra cá'. Então é outra realidade" (entrevista A, em 03/08/2006).

Um outro aspecto que se destaca é que, apesar dos efeitos do pertencimento a redes variadas, seja de relações de parentesco ou de interconhecimento, de agentes de igrejas, do sindicalismo, dentre outras, para os potencialmente mobilizáveis, o principal *site* de confluência e aglutinação é o próprio "acampamento". Para aqueles cujo móvel ou motivação principal da mobilização é o acesso a um eventual lote de terra, o assentamento tem o significado de principal meio de engajamento.

Alguns esquemas analíticos têm enfatizado a diversidade de interesses no engajamento e militância, a partir de bases teóricas e conceituais diversas. Isso inclui, particularmente, a noção de "empresário político" (Tilly, 2004: 36, dentre outros) e os problemas relativos à diversidade de razões de agir e de retribuição à militância, tendo em vista as diferentes motivações "subjetivas" e razões "objetivas" da adesão e do militantismo (Gaxie, 2005: 175; Bourdieu, 1994: 147-167). Porém, mais que uma discussão geral sobre esses esquemas analíticos, interessa a apreensão das diferentes lógicas de ação e os recursos sociais que as possibilitam e suas mudanças no decorrer do processo. Uma das premissas seguidas é a de que a organização da ação coletiva é mais necessária na medida em que se trata da representação de agentes social e culturalmente despossuídos (ou seja, com recursos precários para o domínio dos códigos dominantes), no caso em pauta, podendo ser definidos como "classe objeto" (Bourdieu, 1977). Porém, além da distância relativamente à cultura mais legítima e dominante, este tipo de população tem servido como objeto da idealização positiva, ou da condenação, e, portanto, para a projeção de fantasmas ideológicos variados. No que tange à representação sindical, como demonstrado por Maresca (1981; 1983) para o campesinato francês, a importância na hierarquia sindical e política é diretamente proporcional à distância do universo de origem, o que pode ser constatado, inclusive, ao tomar as diversas fases dos respectivos trajetos sociais e de dirigente sindical.

O caso em pauta, no entanto, contém várias particularidades e uma das principais é a de que não se trata diretamente da representação sindical do campesinato ou meramente de produtores da agricultura familiar. Como já foi indicado, as bases sociais do MST, no sul do Brasil, abrangem principalmente agricultores familiares em condições precárias, além de outras categorias. Mas, o mais importante para o que está em pauta é que, o sindicalismo não teve um peso muito forte e direto no recrutamento e mobilização pela reforma

agrária e os setores ou dirigentes mais próximos ou atuantes na questão, em geral, ocuparam posições periféricas, de oposição à estrutura sindical oficial. Desse modo, tanto a formação como a manutenção do MST foi obra mais diretamente de outros mediadores da população envolvida do que da representação sindical. Entre esses mediadores, como já mencionado, destacam-se alguns agentes de igrejas, além de professores de diferentes instituições. Com o fortalecimento de sua organização, ocorreu uma certa formação de lideranças próprias e de uma hierarquia de quadros que abrange desde a organização em âmbito nacional, passando pelo regional até as "comunidades" locais.

O importante a destacar é que, com a progressiva consolidação do "movimento" como um dos principais grupos de pressão e de defesa de interesses em âmbito nacional, sua direção e estrutura organizacional foi aumentando sua autonomia. Isso pode ser constatado, particularmente, na documentação que expressa as diretrizes (ver nota nº 7), cada vez mais centradas em problemas gerais, com uma agenda mais próxima dos enfrentamentos doutrinários. Ou seja, por mais que a maioria de seus líderes, diretamente vinculados ou não à Igreja Católica, tenha origens na pequena propriedade agrícola, nesse nível mais geral, a lógica de ação predominante é aquela dos enfrentamentos das lutas político-ideológicas, nas quais entram em pauta diretamente "modelos" de "sociedade". Nessas projeções de "modelos" ideais de "sociedade", que nem poderiam ser detalhados aqui, mas nos quais determinados valores atribuídos ao "socialismo" ou algo do gênero servem de fundamento, até algumas características tidas como básicas para o campesinato passaram a ser execradas, como é o caso, por exemplo, de suas supostas "qualidades" análogas aos "artesões". Para o que está em pauta, nem é importante qual o "modelo" de organização social é mais preconizado e nem a questão de até que ponto se trata de algo monolítico ou com possibilidade de concorrência entre vários, mas o fato de que todos os documentos do "movimento" valorizam formas de organização e de ação que vão de encontro do universo de origem de suas próprias bases, o que justifica, inclusive, sua pretensão da formação não apenas de uma "nova sociedade", mas de um "novo homem"⁷.

7 Não caberia entrar em detalhes nas orientações e nas discussões internas ao MST quanto às formas de organização da produção idealizadas. Apenas para mencionar alguns exemplos das orientações quanto à "concepção de cooperação do MST": "Cultivar a política do MST e os valores do homem novo: humanistas e socialistas"; "vincular a um projeto estratégico de mudança da sociedade e portanto de luta"; "servir de exemplo/propaganda e de aliança na sociedade"; "garantir a organização do povo assentado: massificando e politizando" (MST, 1994: anexo 01); Nesta perspectiva podem ser consultados ainda Bogo,

Por se tratar da parte social e politicamente mais fraca ou, então, visto que a população que pode ser considerada como composta por camponeses, geralmente, mantêm forte vinculação eleitoral com posições à "direita" no espaço político, são poucos os trabalhos sociológicos não normativos ou prescritivos sobre sua participação nas lutas políticas à "esquerda". Entre as exceções recentes destaca-se o conjunto de trabalhos sobre a participação do campesinato francês no Partido Comunista (*Études Rurales* n° 171/172, jul.-déc.,2004). Para o que está em pauta, deve ser ressaltado, em primeiro lugar, algo que perpassa o con-

1994; Conrad, 1994, dentre outros. Isso, no entanto, não é exclusivo do MST, estando presente também em documentos oficiais ou oficiosos, cujos produtores mantêm vínculos com o mesmo ou com posições ideológicas próximas. Por exemplo, um levantamento da FAO e INCRA, a título de diagnóstico dos fatores de fracasso ou de sucesso de assentamentos destaca: "Constatou-se que o processo de luta pela terra influenciou a organização dos assentados tanto do ponto de vista político como produtivo. Ou seja, nos casos onde ocorreu mobilização para a ocupação da terra, os agricultores desenvolveram maior organização grupal e melhor relacionamento institucional" (FAO/INCRA, 1998: 19). Mais adiante: "Dos dez PAs [Projetos de Assentamento] estudados, quatro possuem organizações da produção realizadas, em diferentes variações, de forma coletiva. São PA, s de Santa Catarina, Bahia, Ceará e parcela do assentamento do Paraná. Excetuando-se o assentamento do Ceará, os outros três (SC, BA e PR) são organizados pelo Movimento dos Sem Terra (MST) e seguem, com algumas diferenciações, os moldes de organizações coletivas baseadas nas Cooperativas de Produção Agropecuária do MST (CPA,s)" (FAO/INCRA, 1998: 29). Em síntese, nos "menos desenvolvidos" o "trabalho familiar ´individual ´ é quase uma constância nos PA,s estudados, mesmo naqueles quatro PA, s com alguma experiência de organização coletiva, que apesar de procuraram ampliar as formas de trabalho coletivo – especialmente os vinculados ao MST – na realidade grande parte do trabalho no assentamento é realizado de forma familiar ou ´individual´" (FAO/INCRA, 1998: 31). Por fim: "Dos dez PA ´s pesquisados, quatro possuem a presença do MST (Paraná, Bahia, Santa Catarina e Maranhão). Como este movimento social tem forte ação política reivindicatória, estes assentamentos possuem grande capacidade de interlocução, pressão e negociação política com diferentes espaços públicos. Fruto desta capacidade de mobilização, os PA ´s organizados pelo MST geralmente são privilegiados na destinação de políticas públicas, quando comparados com os demais assentamentos" (FAO/INCRA, 1998: 40).

O mais importante a destacar desse tipo de diagnóstico é que a capacidade ou recursos e disposição para a mobilização e a mediação são tomados como "causa" e não como recursos e possibilidades de ação, cuja ausência geralmente é associada a algo como "falta de consciência".

junto desses estudos, "na doutrina leninista, a figura do camponês está marcada pelo selo de sua própria negação". A segunda constatação geral dessa série de trabalhos que interessa diretamente é que ocorre uma "marginalização dos militantes rurais, que se encontram nas posições dominadas das hierarquias partidárias federais" (Mischi, 2004: 62). Um terceiro aspecto que deve ser destacado é que, ao contrário da famosa metáfora do "saco de batatas", a vinculação do campesinato com a "esquerda", ou com a ação política em geral, tem como base uma "sociabilidade" específica e as possibilidades de reconversão de redes de sociabilidade em redes militantes (Boswell, 2004: 80). Por fim, como destacado por Pudal (2004: 215-217), apesar das constatações empíricas e dos avanços analíticos, as relações entre campesinato e política continuam como um "enigma", com as manifestações as mais diversas em diferentes condições ou, então, em situações semelhantes. Em todo caso, seria necessário ter em conta que se trata de um conjunto populacional com relações de "exterioridade" com a política e, portanto, deve ser considerada sua linguagem própria com a qual são pensadas suas relações com a própria sociedade.

Em todo caso, nas condições em pauta, fica evidente que as razões de agir e as expectativas de retribuição pelo engajamento e militância são completamente variáveis conforme as lógicas de ação que conduzem ao engajamento e os recursos necessários para tanto. O mesmo lote de terra buscado por alguém da "base" pode ser visto como algo menos importante e até desprezível enquanto um fim em si por alguém mais diretamente envolvido com as disputas em torno de "modelos" de organização social ou de estratégias mais eficazes para a "mudança social". Em síntese, é como se para os agentes mais fortes em termos de capital cultural e político estivessem em pauta principalmente retribuições "simbólicas" ou "políticas", na condição de que não se entenda isso como menos vinculado a interesses.

Os efeitos desse processo de centralização e sistematização ideológica são mais intensos na medida em que interagem com os processos e lógicas contidas no "acampamento". Como já mencionado, ao mesmo tempo em que o "acampamento", além das "ocupações", "marchas" e outras formas de ação e de demonstração, passou a constituir o principal elemento do repertório de ação do MST, em geral, consiste numa situação muito específica e marcante nos respectivos trajetos sociais. Embora não caiba ser detalhado aqui, deve ser destacado que um dos efeitos mais imediatos da situação de acampamento é o fortalecimento das redes e laços de solidariedade, tanto entre os acampados como com os apoios externos. Particularmente numa primeira fase, nas décadas de setenta e oitenta, quando a totalidade dos assentados estudados ingressaram no MST, além das peculiaridades da situação de acampado, que tem inclusive como um dos objetivos explícitos a exposição do sofrimento decorrente das políticas fundiárias, numa estratégia de "escandalização" (Offerlé, 1998: 122), havia o risco de enfrentamento com as forças policiais e os efeitos

disso nos repertórios de ação e na formação de redes de apoio. Um segundo efeito direto que esta situação de acampado que se prolonga para o período posterior, de “assentado”, é decorrente da disposição de grande quantidade de tempo para a militância, seja internamente na organização do “acampamento” ou nas atividades políticas externas. Como é indicado adiante, é comum entre os “assentados” estudados a ênfase nos fortes laços de solidariedade e de interdependência decorrentes dessa situação de “acampado” e as dificuldades em sua manutenção em conjunto com atividades vinculadas à esfera da produção. Soma-se a isso o longo período de “acampado” pelo qual a maior parte passou, sendo que em muitos casos por vários anos.

3. A Posse do Assentamento e do Lote e as Estratégias Diferenciadas Frente às Esferas da Produção, Familiar e do Engajamento e Mobilização

O caso estudado, do assentamento da Novo Mundo e mais ainda, em sua fase inicial, pode ser tomado como paradigmático de uma situação extrema da imposição de “modelos” de organização diretamente decorrentes dos interesses ideológicos e profissionais dos mediadores que conseguiram maior poder de influência. Porém, o assentamento de Novo Mundo não pode ser tomado como representativo do conjunto dos assentamentos, visto que o grau e as formas de relacionamento com o MST e com os demais mediadores, mesmo tomando somente aqueles do sul do Brasil, são muito variáveis, inclusive conforme cada período de implantação. Tendo isso em vista, são apresentadas algumas tendências gerais na implementação de assentamentos no Rio Grande do Sul para, posteriormente, ser apresentado o caso da Novo Mundo e da cooperativa criada pela intervenção do MST.

Uma melhor compreensão do espaço de concorrência e de confronto em que ocorre esta formulação e imposição de modelos organizacionais aos assentados requer que se considerem determinados condicionantes. Dentre esses condicionantes se destacam os já mencionados efeitos da situação de acampamento, que tende a disponibilizar maior tempo, disposição e recursos para o fortalecimento de laços de solidariedade e de interdependência, tanto entre os de um mesmo acampamento, no sentido horizontal, como com os mediadores e apoiadores externos. Além disso, é necessário considerar a situação de ruptura e os processos de recomposição social e identitária que esta situação envolve, inclusive porque entram em pauta as próprias condições de reprodução social. Mais que uma hierarquia dicotômica entre as “bases” e os mediadores externos, tanto a situação de acampamento como o fortalecimento de redes de interdependência da organização do “movimento” ou MST ten-

dem a resultar no reforço de suas hierarquias e a conseqüente imposição de cadeias de lealdades. Isso cria as condições propícias para que a própria lealdade à organização e seu aparelhamento se imponha como algo tão ou mais importante que os meros objetivos gerais iniciais, centrados na obtenção de uma área de terra. Evidentemente, isso atinge cada componente do movimento de modo específico e diferenciado, porque o grau e as modalidades de investimento na própria organização é variável, onde alguns têm razões mais fortes para perseguir retribuições simbólicas do “poder”, enquanto os chamados “militantes de base” podem encontrar outras satisfações não oficiais, a começar pela valorização de si (Gaxie, 2005: 162-163). O próprio “movimento” e de modo mais acentuado ainda, a situação de acampamento equivale a um processo de recrutamento e seleção de “líderes”, ou seja, aqueles agentes com determinados recursos e predisposições mais afins para a ocupação de posições de destaque. Além disso, como são os “identificadores”, no sentido de Pizzorno (1988: 370), ou seja, aqueles que não apenas são “leais” à organização devido a algum objetivo específico, mas cuja relação com a mesma inclui a própria identidade e a existência social, a promoção e a defesa de seus objetivos tendem a se aproximar daqueles oficialmente proclamados.

Mas, além dos efeitos da situação de acampamento e dos processos e recomposições sociais e identitárias nos quais os assentados estão envolvidos e, por outro lado, o fortalecimento da organização do MST, que torna seus objetivos oficiais crescentemente importantes relativamente aos objetivos iniciais das “bases”, deve ser considerado um outro condicionante básico no interesse e na capacidade de formular e impor modelos organizacionais: trata-se de suas atividades de organização e representação de interesses nas esferas públicas. Mesmo sem entrar aqui na discussão sobre o caráter do Estado brasileiro, geralmente descrito como muito forte e com uma “porosidade” ou “insulamento” muito próprios, o que deve ser destacado é que as instâncias de formulação, os processos decisórios e a implementação das políticas de reforma agrária e o apoio oficial aos assentamentos têm como principal característica sua dependência direta das relações de força de cada conjuntura. Além disso, tanto na fase de implantação dos assentamentos como na definição de modelos de organização social e técnica da estrutura produtiva não há qualquer diretriz ou regra mais definida pelas burocracias públicas envolvidas. Esse tipo de situação, ou seja, uma espécie de vácuo de definição, propicia condições para o reforço de organizações como o MST enquanto mediador para obtenção de recursos públicos e definidor de regras e sua aplicação. Em situações em que o “movimento” ou suas lideranças mais destacadas conseguem um grau maior de autonomia, esta definição de modelos de organização e de regras de utilização de recursos pode pretender abranger o conjunto do ciclo produtivo. Esse foi o caso da experiência da cooperativa criada no assentamento, pelo menos para o conjunto de assentados diretamente envolvidos, que inicialmente inclu-

iu a maior parte. Apesar do fracasso e da existência relativamente efêmera dessa experiência, constitui uma ótima situação para a apreensão das condições e tensões entre as lógicas de ação contidas no engajamento e militância, das atividades do ciclo produtivo e unidade familiar como relações de parentesco e de reciprocidade e unidade de consumo e de produção, além das demais dimensões da vida social e, por outro lado, a unidade produtiva “coletiva” da “empresa” ou cooperativa.

3.1. O assentamento Novo Mundo no período recente: a imposição de modelos organizacionais, o retorno da agricultura familiar e as estratégias de reprodução social

Enfocado em seu conjunto, a tendência mais geral e evidente que se percebe no assentamento Novo Mundo no período mais recente (2006/2009) é a consolidação da agricultura familiar. Nesse sentido, é como se, após anos de mobilização, acampamentos, experiências de “coletivização”, dentre outros processos, houvesse uma espécie de encerramento de um ciclo, com o retorno da antiga “colônia”, de onde os assentados são provenientes. Em termos mais amplos, num estudo comparativo da FAO/INCRA do período em pauta, ao tomar casos representativos do conjunto do Brasil, são constatadas muitas diferenças entre os assentamentos quanto às condições de vida e de consumo (FAO/INCRA, 1998: 24). No que tange ao assentamento da Novo Mundo, a quase totalidade dos estabelecimentos superam os melhor situados nesse estudo no que tange a estes bens de consumo. Conforme um outro levantamento do Incra realizado em 2006, 98,48% possuíam casa própria, sendo que 90,91% possuíam energia elétrica, 98,48% com água em condições consideradas como boas e 86,36% com água encanada, e algo semelhante se aplica aos demais recursos e equipamentos domésticos básicos. Especificamente quanto à renda, para 72,73% do total dos assentados da Novo Mundo foi considerada como “razoável” (Incra, 2006). Por exemplo, praticamente a totalidade conta com televisores e geladeiras e itens semelhantes e cerca de 70% possuem algum carro de passeio.

Porém, mais que uma tendência unívoca, trata-se do resultado de uma série de processos sociais que configuram campos de possibilidades e de estratégias de ação e cujos resultados, portanto, não podem ser tomados como decorrência de algum determinismo único. A própria substituição da agricultura familiar por uma “empresa coletiva”, na hipótese de sucesso produtivo e econômico (prejudicado inclusive por acasos climáticos, como as fortes secas que coincidiram com o período da experiência) poderia ter mantido a adesão de uma parte maior de assentados e sua viabilização por um período mais longo. O tempo necessário para que as contradições entre esse tipo de engajamento e militância e as demais esferas da vida social atingirem um nível de ruptura não pode ser previsto, visto que envolve outros componentes e não obedece a algum mecanismo único, mesmo

que, em princípio, equivaleria à negação de todo o passado e a identidade enquanto "agricultor". Ou seja, se por um lado, as estratégias frente a esta situação envolvem determinadas condições e esquemas de apreciação originados dos trajetos individuais e coletivos, devem ser levadas em conta as condições de precariedade econômica e social dos assentados naquela fase, que induzem à aceitação de alternativas menos de acordo com estes trajetos e esquemas de avaliação e, além disso, deve ser considerado o forte militância e os investimentos passados em determinadas formas de engajamento que pressionam no sentido da valorização do chamado "coletivo".

O mais importante a destacar é que, apesar da inexistência de algum determinismo geral, existem alguns condicionantes básicos que estão associados às possibilidades objetivas e às estratégias individuais ou coletivas. O primeiro desses condicionantes que estrutura as possibilidades e estratégias consiste no já mencionado confronto entre as lógicas de ação contidas no engajamento e militância e as atividades produtivas. Como também já foi mencionado, a própria experiência e a forte aceitação inicial, tácita ou explícita, da "proposta" de formação de uma "cooperativa de produção" está diretamente associada às experiências de "acampamento", mas também, de mobilização já na condição de "assentado", seja no âmbito das lutas pela terra ou em apoio a outros acampamentos do MST ou na mediação com organismos públicos tendo em vista a obtenção de recursos. No limite, é como se a concepção e a organização desta cooperativa fosse um prolongamento das atividades de militância, com suas assembleias freqüentes, as pautas de discussão cotidianas, a valorização retórica ou efetiva do "coletivo" em detrimento do "individual", e assim por diante.

As razões atribuídas *a posteriori* para o fracasso da cooperativa de produção, como seria de esperar, são variadas e associadas às respectivas situações particulares e ao tipo de envolvimento. Em geral, a maior parte dessas razões alegadas mantêm um grau de coerência muito forte. Deixando-se de lado aquelas de ordem moral, como o comumente alegado "individualismo", algumas das principais dessas razões podem ser resumidas nas tensões entre a lógica familiar (seja como unidade de parentesco, de consumo ou de produção, além das condições e disposição de força de trabalho, do tamanho, das predisposições e estilos de vida diferenciados e das conseqüentes expectativas quanto aos investimentos e ao consumo e, portanto, com a própria condição social) e a unidade de produção então formada, com sua dinâmica e regras de padronização próprias. Para mencionar apenas um exemplo, pode ser tomado um professor, filho de um componente do chamado "grupo dos oito", composto por assentados que desde o início se recusaram a aderir à cooperativa. O mesmo declara-se favorável à "idéia", mas contrário à forma como foi posta em prática, tendo em vista, particularmente, as contradições ou tensões entre estas lógicas. Em suas palavras, embora seu pai achasse que a experiência não poderia ser bem sucedida, a

“opinião era dele. Eu tinha a opinião formada, e tenho até hoje, quanto à esta questão de cooperativa. Eu acho que para pequeno é a solução. (...) Frustrrei por falta... No começo ficaram as famílias muito de lado, mas isso tinha como contornar. Que o sonho das famílias, na verdade, era chegar aqui – tinha a terra, tinha que ter a casa, e isso foi ficando um pouco pra trás. Chegaram aqui, foram investindo em outras coisas, e as famílias foram ficando embaixo da lona. Pessoas que tinham um sonho diferente, que chegaram, podiam ter sua casa, não viram isso. Daí começaram a se afastar (...) Mas a cooperativa, daí, tinha trator, máquina, caminhão, e tudo. E daí tinha um modelo de fazer compra de comida, que era no grupo. Eles iam comprar comida na cooperativa, mas daí eles não sabiam o que eu gostava de comer. Eles traziam e você era obrigado a pegar aquilo. Isso frustrava também. E daí era por número de pessoas da família. (...) Ficava padronizado demais”. (entrevista B, em 01/08/2006).

Cabe destacar que nesse caso a tensão principal ocorre entre a esfera produtiva e a unidade familiar, enquanto unidade de consumo e, mais especificamente, com a importância atribuída às condições de residência e de consumo em geral, frente aos investimentos na produção. Em outros casos, a tensão principal ocorre com a unidade familiar enquanto força de trabalho e sua inadequação aos requerimentos da unidade produtiva “coletivizada”. Uma outra observação que deve ser ressaltada é que a alegada não atribuição de importância à unidade de consumo familiar ou, nas palavras do depoimento, “morar debaixo de uma lona”, utilizada como exemplo da priorização absoluta dos investimentos produtivos, constitui uma prática muito comum entre os produtores em vias de modernização, observável, particularmente, nas situações de transição, como aquela da instalação na fronteira agrícola do Centro-Oeste. Porém, a diferença é que nesse tipo de situação, a priorização absoluta dos investimentos produtivos se restringe a decisões em âmbito do grupo familiar e não a algum “coletivo” do “movimento”. Por fim, uma última observação a ser destacada é que quando o cooperativismo é tomado como “solução” para o “pequeno” ou para a agricultura familiar, o modelo idealizado é aquele da atuação das cooperativas no âmbito da comercialização e barganha de preços e, portanto, não inclui o processo de produção.

Uma outra razão do fracasso da cooperativa é atribuída à incompatibilidade entre a mão-de-obra disponível e a necessária, tendo em vista o grau de mecanização adotado e o tipo de produção principal. Um dos que enfatiza esta incompatibilidade foi, inclusive, presidente e, então, um dos maiores defensores da cooperativa de produção. Em suas palavras, visto que os planos de diversificação tendo em vista a utilização mais intensiva da mão de obra não foram postos em prática, havia “133 pessoas com mais de 16 anos”, quando um produtor moderno necessita, no máximo, de cinco trabalhadores para dar conta da produção de uma área equivalente à da cooperativa (entrevista A, em 01/08/2006).

Apesar de que argumentos de ordem moral, particularmente aquele do "individualismo" inerente à maior parte das pessoas ser um dos mais utilizados na explicação do fracasso da cooperativa, a segunda tentativa de organização de uma cooperativa nos mesmos moldes, constituída pelo chamado "grupo" originalmente de "afogados" designado pelo município de origem, serve como contraponto. Como já descrito, trata-se da cooperativa formada por esse "grupo" após seu afastamento da "cooperativa de produção" do assentamento, com vinte componentes, que durou apenas cerca de dois anos. É um dos grupos com maior grau de coesão, com forte influência das experiências comuns de "acampamento", mas também com origem como "afogados" e com um altíssimo grau de relações de parentesco entre si. Ou seja, como já mencionado, não se trata de "sem terra" em seu sentido mais comum, mas de expulsos da área original devido à construção de hidrelétrica, com experiência na produção agrícola moderna e mecanizada. Conforme um dos principais participantes dessa experiência, que, posteriormente acabou se desligando inclusive do MST, em primeiro lugar, na fase de militância mais intensa não tinha filhos e, mesmo assim, era difícil conciliar as atividades ligadas ao "movimento", particularmente as frequentes viagens, com o trabalho. Além disso, houve o aprofundamento de discordâncias com o "movimento", particularmente devido à não consideração das situações particulares dos respectivos grupos familiares. Em suas palavras:

"Tu tem o teu problema, ninguém vai resolver o problema. Ele tem o problema lá. Quem é que vai resolver o problema dele? Ninguém, né. E a necessidade de trabalhar, de sustentar? Por exemplo, tu tem que gerar uma produção, tu tem que sustentar uma família. Ninguém vai sustentar. Eu não sou assalariado. (...) Eu tenho, porque são minhas coisas, eu tenho que trabalhar elas e produzir. Não chegar, tirar e vai embora. Só chegar ali, tirar o matagal, e ver a família escancarada aí, sem nada. Então não sou assim. Eu vou trabalhar. Muitos também pararam e eram criticados. E eu não concordo. Ninguém sabe o problema da pessoa". Além disso, "tinha muitos que não tinham nada a ver com a história da terra e só discutiam isso aqui. Aqui é muito simples de discutir, mas quero ver lá o problema dele. Vamos solucionar o problema dele também. Ninguém queria também. Então, eu disse: 'não!'. Daí é a questão da família. E daí é isso que foi perdido há muito tempo. Foi perdido isso aí. Assim, o pessoal está em atividade, mas aquele é o meu limite, até aqui eu vou, daqui pra lá não é comigo" (entrevista C, em 02/08?2006).

Esta experiência com cooperativas de produção e suas relações com o engajamento no MST teve fortes efeitos também em outras formas de associação, porém, particularmente no sentido de seu desestímulo, retardando outras eventuais iniciativas. Há unanimidade entre os assentados de que, com o fracasso dessas experiências de cooperativa de produção, além da tensão e das questões administrativas e financeiras, muitas das quais tendo sido encaminhadas à esfera judiciária, se formou um clima de forte desconfiança mútua.

Portanto, o período imediatamente posterior não seria favorável para qualquer outra iniciativa associativa. A única forma de associação que teria se mantido nesse período foi a participação nas atividades do núcleo local do MST e de suas atividades em âmbito regional e estadual. Mesmo assim, como indicado adiante, o grau de participação nesse tipo de atividade não é unânime, havendo, inclusive, casos de distanciamento, tácito ou explícito. Conforme a descrição de um dos antigos presidentes da “cooperativa de produção”, numa descrição muito representativa do conjunto:

“Eu, na minha avaliação, o pessoal que participou da cooperativa, é um pessoal que apostou. (...). Era um grupo que fazia uma boa discussão. E veio bastante liderança que participava da Anoni. (...) Veio um pessoal bem politizado pra cá, não dá pra se queixar disso. Então, um pessoal que queria mesmo e apostou as fichas. E como não deu, por isso que eu digo que foi um processo de congelamento. A decepção foi muito grande, muito forte. Aí não se motiva pra convidar o vizinho, pra se fazer mais nada. Não tem motivação porque o pessoal apostou mesmo. (...) Então, hoje já estão pensando, alguns, para sair pra questão do leite, organizar o mínimo assim, de alguma coisa que interessa, individualmente, financeiramente. (...) Hoje, pra se conseguir alguma coisa, é nesse nível de preço, de alguma coisa, então, já tem, já se fala muito. Mas a gente só vai para ajudar. Porque tudo que aconteceu, você chegar e começar a puxar coisa de novo, não” (entrevista A, em 03/08/2006).

Para a manutenção da continuidade da militância no “movimento” foi estabelecido uma espécie de rodízio, com divisão mútua das despesas. Porém, conforme algumas avaliações, como ao de um professor então um dos mais ativos no “movimento”:

“O pessoal ainda se une pela questão do Movimento dos Sem-Terra, que é da organização, né. Não dá para deixar cair a peteca. Embora tenham uns chegando no ponto que acham que não precisa mais”. [Mesmo assim, de 29 pessoas da respectiva comunidade], “acho que tem uns 10. Estão começando a cair fora. Não querem mais ir à reunião, estão achando incômodo isso, ir a reunião uma vez por mês (...) Uns quantos alegam que têm que tirar leite. Pra fazer reunião de tarde dificulta. O pessoal, hoje, vai muito pra cidade, tem muito negócio aqui. Então se faz uma reunião de tarde, tem cinco lá Para [sede do município, faltam aqueles cinco. Faz de noite, sete horas. ah, eu não posso porque eu estou tirando leite ainda. Então já não vai. Outros, nessa época de inverno: ‘ah, de noite é muito frio’. E aí vai ficando assim. Tá ruim de reunir e pegar todos. Não estamos mais conseguindo. Até eu estou na coordenação, nessa questão do Movimento Sem-Terra. E tá ruim. Embora, o Movimento ainda conquista muita coisa para o pessoal. Tipo agora nós estamos ganhando casa nova” (entrevista B, em 01/08/2006).

Nessas condições, inclusive as associações informais para compra e uso comum de máquinas e equipamentos e insumos, muito freqüente nesse meio, tiveram dificuldades para serem criadas e mantidas, com algumas poucas experiências neste sentido. Quanto às associações de caráter mais amplo e formal, além de um projeto embrionário na formação de uma associação específica para a venda de produtos da piscicultura, portanto, especializada num tipo de produto e de mercado, há o início da formação de uma cooperativa de comercialização. Apesar da pouca importância atual em termos econômicos, por se tratar de um mero projeto, esta cooperativa de comercialização pode ser tomada como um caso exemplar da complexidade dos processos identitários em que os assentados em pauta se inscrevem e das dificuldades para o estabelecimento de novos agrupamentos, com critérios de inclusão e pertencimento que extrapolam o âmbito de ação do MST.

Apesar de presidida por um assentado da Novo Mundo, trata-se de uma cooperativa dedicada à "agricultura familiar" e, portanto, cujo princípio de agrupamento básico é a condição de "pequeno produtor" ou "produtor familiar" e não de "assentado" ou militante do MST. Significativamente, além de o presidente, que seria um dos assentados menos identificados e atuantes no MST, outro dos poucos a aderir é um assentado que, devido à mencionadas tensões entre as atividades da esfera produtiva e do "movimento" ou engajamento associativo, acabou se desligando do MST.

Da perspectiva dos mais intensamente envolvidos com o MST, há várias razões para a resistência ou, no mínimo, ambivalências, relativamente a projetos como o dessa cooperativa. A primeira e mais imediata é a distância do modelo organizacional relativamente àquele preconizado pelo "movimento". Da perspectiva desse, se trata de um modelo de cooperativa "tradicional", visto que centrado na comercialização, e não na produção. Além disso, apesar de consistir numa cooperativa em nome da defesa da "agricultura familiar", tem o apoio do sindicato de trabalhadores rurais e pretende abranger o conjunto dos agricultores "familiares" do município e, portanto, com um recorte bem mais amplo daquele do "movimento". Significativamente, esta tensão entre o "movimento" ou os "assentados" e o conjunto dos representados pelo sindicato de trabalhadores rurais aparece também em outras circunstâncias. Este é o caso, por exemplo, de quando o cargo de vice-presidente do sindicato foi ocupado por um assentado da Novo Mundo, numa estratégia de controle futuro de sua direção, quando teria havido atritos devido ao favorecimento a assentados. O próprio assentado que ocupou esta vice-presidência opõe explicitamente os que passaram por "acampamentos" e aqueles que tentam acesso ao lote sem passar por isso, como seria o caso do então presidente deste sindicato. Em suas palavras:

“Dá pra dizer, assim, é do pessoal. Mas só que a pessoa que está lá [no sindicato] hoje era um pobre que estava lá, um sem-terra, não foi acampar. (...) Ele ganhou um lote (...), mais porque ele era amigo, conhecido [do funcionário do Incra]. E ele (...) nessa questão de ocupação, ele sempre tem um pé atrás. (...) Acha que não é por aí. Então (...) entre o movimento e ele, nós não nos fechamos (entrevista D, em 01/08/2006).

Este quadro das condições de associação resulta em que, como é reconhecido unanimemente, a escola local e as “comunidades” acabaram sendo os catalizadores e, inclusive, o meio pelo qual parte dos atritos e tensões entre grupos do período anterior foi amenizada ou superada. Porém, se por um lado, as relações com o MST e com a própria militância estejam diretamente presentes, esta transformação da escola e das “comunidades” em elementos principais da aglutinação e interação extra-familiar no assentamento está diretamente associada a outros processos mais gerais. Dentre estes processos destaca-se, em primeiro lugar, a forte e contraditória interação destes assentados antigos “pequenos proprietários” ou em outras condições, com o universo cultural urbano. Diferentemente dos demais pequenos proprietários, cujo principal meio da integração ou unificação com os mercados urbanos ocorre através do mercado econômico, nesse caso, conjuntamente com as relações econômicas, o próprio engajamento e militância têm o efeito de aproximação com determinados valores “centrais”. A própria escola, apesar de formalmente estadual, sofre diretamente os efeitos desse militatismo. Por sua vez, o fortalecimento das “comunidades” está diretamente associado à já mencionada consolidação de uma estrutura social local de “pequenos proprietários”, muito semelhante àquela das regiões de origem desses assentados, apesar de suas fortes variações.

A posição central da escola nas relações da população camponesa com o universo urbano-industrial e da política moderna vem sendo destacada pela literatura (Bourdieu, 1977; Champagne, 1975 e 1986). No caso em pauta, no entanto, é necessário tomar, em primeiro lugar, as relações da escola local com o engajamento e militância no MST e, mais especificamente, com sua posição e atividades de mediação nos assentamentos. Em segundo lugar, é necessário destacar sua posição e suas ambivalências nas relações dos assentados ou pequenos produtores agrícolas em geral com a dominação urbano-industrial. Por fim, um terceiro ponto central consiste nos efeitos, diferenciados conforme cada situação particular, da escolarização nas estratégias de reprodução, familiares ou individuais.

Porém, antes de abordar estes pontos centrais, é necessário ter em consideração algumas condições específicas do assentamento em pauta, quanto a recursos escolares. Em geral, o grau de escolarização dos assentados do Novo Mundo é considerável, sendo que a quantidade de analfabetos é muito pequena. Ou seja, embora em condições precárias de reprodução nos locais de origem, tudo indica

haver uma certa valorização e condições de alfabetização. Além disso, devem ser consideradas as relações específicas do MST com os professores, de onde são oriundos alguns de seus líderes mais destacados. Dessas relações estreitas entre o “movimento” e os professores e a escola resultaram, inclusive, os estabelecimentos escolares criados sob o controle do próprio MST (Nova Petrópolis, Braga). Evidentemente, trata-se de escolas com orientações ideológicas e pedagógicas diretamente associadas com as posições do “movimento”.

Especificamente no que tange ao assentamento Novo Mundo e os processos relacionados com a escola, é necessário considerar também as características próprias e as diferenças entre os assentados. Como já foi mencionado, dentre os vários “grupos” que constituem o assentamento, o chamado “grupo de Ibirubá”, originalmente formado por “afogados” ou expulsos de suas terras devido à construção de hidrelétrica, se distingue por suas condições sociais de origem e, particularmente, pelo grau de escolarização, alguns dos quais, inclusive com curso superior completo. Este “grupo” forneceu a maior parte dos professores do assentamento. Os demais professores são filhos de outros assentados. Atualmente (2006-2009) o diretor da escola é filho de uma líder do MST, também professora e moradora no assentamento. Mas, além dos professores, a valorização relativamente forte da escolarização nas estratégias de reconversão e de inserção social se manifesta, inclusive, em iniciativas um tanto inusitadas, como aquela do presidente da mencionada cooperativa de “produtores familiares”. O mesmo passou vários anos deslocando-se durante os finais de semana para a sede do município para concluir o curso de 2º grau. Nesse sentido, é significativo que apesar do fracasso das cooperativas de produção, as avaliações positivas da experiência tendem a destacar a aprendizagem resultante da experiência, além do capital de relações obtido. Isso, no entanto, não se restringe a casos individuais como este do presidente da cooperativa. Além do processo pedagógico próprio da escola e de suas relações com o MST, essa posição de canalizadora da escola decorre de iniciativas como aquela de uma campanha de educação do MST para jovens e adultos.

Porém, além dessas relações mais ou menos fortes com a escolarização por parte do conjunto dos assentados e de seus recursos diferenciados para tanto, a apreensão do processo pelo qual a escola local passou a constituir a referência principal no assentamento requer que se tome o próprio processo pedagógico e seus usos na formação de redes e estratégias de ação. Isso implica na apreensão das lógicas sociais com base nas quais a escola é concebida e utilizada para diferentes fins, seja em nome do “movimento” ou de alguma outra perspectiva, e as possibilidades de afinidades ou de contradição entre essas perspectivas.

A atual escola, que serve às três “comunidades” do assentamento, como já mencionado, é estadual e substituiu a antiga escola municipal. Atualmente a escola mantém apenas o ensino de 1º grau. O ensino de 2º grau é ministrado

somente na sede do município, sendo que o transporte dos alunos é feito através de ônibus. As dificuldades desse transporte e da compatibilização de horários constituem os maiores empecilhos para a realização do curso de 2º grau e tem fortes efeitos nas estratégias profissionais das novas gerações.

Mas, para uma melhor apreensão dos usos sociais da escola no âmbito do assentamento, cabe destacar que sua passagem para a esfera estadual, e não mais municipal, tem como principal razão e justificativa a maior autonomia pedagógica e administrativa que possibilita. Isso fica mais explícito no depoimento do seu atual diretor, o mencionado filho de um líder do MST que, após ter sido seminarista cursou a escola do "movimento" em Nova Petrópolis e depois o curso de história no período de férias numa universidade particular no interior do estado, ele próprio admitindo que sua maior escolarização e consequente "poder de síntese" tem efeitos na ocupação de cargos no "movimento". Em suas próprias palavras,

"porque as pessoas que fazem liderança na região do Movimento Sem-Terra, são poucas pessoas que têm um nível de estudo um pouco maior. Então quando você entra nessa, você acaba tendo uma capacidade maior de síntese, de coordenação de uma reunião, de coordenação de coisas, enfim, de fazer essa questão (...) de informações, até você acaba acumulando algumas funções, não tem até como fugir disso" (entrevista E, em 01/08/2006).

"porque as pessoas que fazem liderança na região do Movimento Sem-Terra, são poucas pessoas que têm um nível de estudo um pouco maior. Então quando você entra nessa, você acaba tendo uma capacidade maior de síntese, de coordenação de uma reunião, de coordenação de coisas, enfim, de fazer essa questão (...) de informações, até você acaba acumulando algumas funções, não tem até como fugir disso" (entrevista E, em 01/08/2006).

Portanto, fica evidente que o processo pedagógico, que a exemplo das cooperativas de produção, é controlado por um "coletivo", acaba servindo, em primeiro lugar, de meio e recurso de aglutinação e de marcação de posição na esfera das discussões educacionais e político-ideológicas. Em segundo lugar, conjuntamente com a elaboração e apropriação dos processos identitários pelo "movimento", visto que se trata de um ensino conforme seus objetivos, serve também para marcar posição no confronto de identidades com base na oposição entre o "rural" e o "urbano". Se isso pode ser usado no sentido regressivo, em defesa de algo como o "rural", pode também servir de base para a posição de mediação e contraditória e ambivalentemente, também para criar as bases para uma melhor instrumentalização para a inserção no mercado de trabalho, seja "rural" ou "urbano". Isso pode envolver tanto o ensino como outras esferas da vida social e inclusive os próprios estilos de vida e modos de lazer. Como destaca o mencionado diretor da escola, ele próprio tendo passado um

período de seu trajeto profissional tentando se integrar ao mercado de trabalho “na cidade”. Após concluir o curso universitário,

“depois de um tempo, eu me separei, morei uns meses na cidade. E daí a minha irmã veio morar com a mãe aqui. Enfim, eu estava fora do assentamento. Praticamente dois anos eu passei vagando de um lugar pra outro, dando cabeçada. E, depois, voltamos a viver juntos, uns três anos atrás. Aí voltei a morar com a mãe. Aí a [ex-esposa] resolveu que ela não queria ficar aqui” (entrevista E, em 01/08/2006).

De tudo isso, o mais importante a destacar é que, seja devido à lógica própria do processo pedagógico ou de suas relações com outros processos e estratégias mais amplas, como já mencionado, em nome desse processo pedagógico a escola acabou se impondo como principal catalisadora e referência para as interações que extrapolam o grupo familiar no âmbito do assentamento. Ironicamente, esta escola ocupa uma área defronte a outra destinada ao MST e que, com o fracasso da experiência com cooperativas de produção, ficou abandonada. Esta posição de catalisadora equivale a um resultado que é o contrário das cooperativa de produção, cujas dificuldades de operacionalização resultou em crescentes atritos e divisões internas.

Evidentemente, o âmbito de abrangência da escola, em princípio, restringindo-se às atividades educacionais, é bem mais restrito que qualquer cooperativa que pretende abarcar o conjunto das atividades produtivas. De fato, de algum modo as atividades da escola acabam interagindo com o conjunto das atividades associativas existentes no assentamento. Isso ocorre, inclusive, por suas relações com o MST e também porque as “lideranças” responsáveis pela escola atuam inclusive em outras esferas. Por sua vez, as “comunidades”, que em conjunto com a escola, também passaram a se constituir em meio principal de aglutinação, apesar de sua importância no processo identitário e na socialização, abrangem particularmente o âmbito das atividades de lazer e aquelas relacionadas com os rituais religiosos.

Por fim, no que tange aos efeitos da ação da escola na definição dos trajetos profissionais e sociais das novas gerações, devem ser considerados dois condicionantes, a saber: a possibilidade e disposição de permanência nas atividades agrícolas e a migração para a cidade. Há consenso de que os filhos dos assentados, em geral, seguem uma das três alternativas que seguem: “acampar”, tendo em vista a obtenção de um lote e continuar como pequeno produtor rural; migrar para a cidade e se tornar operário ou algo do gênero e, por fim, concluir o curso de 2º grau e seguir nos estudos, visando alguma profissão que requer maior escolarização.

Em termos mais concretos, essas três alternativas gerais são relativamente interdependentes e também relacionadas com outras condições. As-

sim, no caso de “acampar”, isso está associado, em primeiro lugar, com o tipo de vinculação do grupo familiar de origem com o MST e seus valores. Como destaca o diretor da escola e líder do “movimento”:

“Quem vem de famílias que tiveram uma participação mais... que se envolveu mais na luta, que foi dirigente, que tem uma politização maior, uma consciência maior, geralmente, essas crianças acabam procurando depois de um certo tempo uma escola de formação do Movimento Sem-Terra, ou vão para acampamento, ou buscam cursos dentro da linha do Movimento Sem-Terra. Ou, então, não do Movimento Sem-Terra, mas de outros movimentos que tenham assim uma história de luta por justiça, reforma agrária, enfim, qualquer outro direito do povo trabalhador. Quem vem dessas famílias procura mais. Já quem vem de uma família... acampou, conquistou a terra, mas não teve uma participação muito... (...) e então essas, que foram dessa família assim que simplesmente foram em busca do seu pedaço de terra, e não tem um objetivo maior, na sua participação no Movimento Sem-Terra, acabam indo para os grandes centros. Nós temos um monte de gurizada que estudou aqui que hoje está trabalhando em São Leopoldo, em novo Hamburgo, enfim” (entrevista E, em 01/08/2006).

Porém, se “acampar” está associado com as relações da família de origem com o MST, depende também do momento no que tange aos confrontos com os “fazendeiros” e com as forças policiais. Quanto a este ponto, devem ser levadas em conta as mudanças no próprio sentido de “acampamento”, atualmente com menor grau de risco e de imprevisibilidade e, ao que tudo indica, com menor intensidade ou, então, com outras justificativas ideológicas. Conforme um assentado que passou a ser funcionário da escola:

“E hoje ocupação não se dá mais... não se faz mais aquela coisa de ir. O movimento hoje nem ocupa mais. E montam o acampamento e vai chamando. Foi que nem aquela vez da Anoni, que se reuniram, tal diz vamos ocupar aquela área, e... hoje, vamos dizer: não, nós vamos usar o acampamento lá em Tupã. E aí... tem 30 dias para vir chegando gente, pra ir aumentando o acampamento. Então, depois que estão acampados, eles se preparam para ocupar” (entrevista D, em 01/08/2006).

Porém, para este mesmo assentado, a possibilidade de acampamento serve de contraponto negativo ao sucesso escolar e no mercado de trabalho e como última alternativa. Em suas palavras, ao se referir aos próprios filhos:

“Eu digo: ‘se vocês não estudarem, piizada, dentro de estudar e se dar bem (...) Vai sobrar uma loninha preta pra vocês’. E é o que está acontecendo hoje. Eu sempre disse isso pros meus: ‘vão estudar porque fazem bem o que vão fazer. Emprego, (...) hoje está difícil. Ou se não vocês vão ver que vai sobrar uma lona preta e vocês vão ter que acampar” (Idem).

Por outro lado, a manutenção na condição de agricultor pode ocorrer também pela herança do lote do assentamento. Esta alternativa, no entanto, é bastante limitada, visto que o tamanho desse lote, definido basicamente por critérios políticos ou “burocráticos”, pode ser considerado como “pequeno” para a manutenção de uma família, tendo em vista o atual patamar tecnológico e a produção predominante. Além disso, a estrutura de produção e os produtos predominantes não decorrem de algum planejamento geral prévio, ficando ao sabor do mercado, numa situação de forte excedente de mão de obra.

Por outro lado, essa manutenção nas atividades agrícolas está condicionada pelas fortes e rápidas mudanças na composição familiar, particularmente no que tange ao número de filhos. Ao comparar o número de irmãos dos assentados com o de filhos, fica evidente a brusca queda do tamanho da família. Do total de 60 entrevistados em 1994 para um levantamento cujo material foi disponibilizado, 19 são filhos de pais com mais de 10 filhos e quase todos com mais de cinco filhos. Para o caso do companheiro(a), o número de pais com mais de 10 filhos é menor (8 de 60), mas a maior parte tem mais de 5 (25 de 38 com informações). Em outras palavras, os pais dos entrevistados(as) tiveram uma média de 8,01 filhos. Para a companheira(o) do entrevistado foi encontrada uma média de 6,6 filhos dos pais. Quanto aos próprios entrevistados, foi encontrada uma média de apenas 1,9 filhos, embora alguns ainda estivessem na idade fértil e, portanto, possam ter tido filhos após esta data. Mais especificamente, 21,7% não tinham filhos, 16,7% tinham apenas um filho, 30% tinham dois, 15% três, 11,7% quatro e somente 5% tinham cinco filhos, não havendo qualquer um com mais de cinco filhos, apesar de haver vários ainda em idade fértil.

Essa queda drástica no número de filhos deveria ser comparada com o conjunto da população rural e global, mas em todo caso, tudo indica haver algo de específico nas condições em pauta. Uma outra tendência que pode estar associada é a relativamente grande (tendo em vista o tipo de população) quantidade de separações de casais, certamente acima do conjunto da população rural ou em geral. Do total de sessenta casos examinados, no mínimo seis haviam se separado até 2006. Porém, nesse caso, mais que a condição de pequeno produtor rural em vias de modernização e integração ao mercados urbanos ou unificados, isso pode estar diretamente associado aos respectivos trajetos de forte engajamento e atividades de militância.

No que tange especificamente às relações da escola com a migração para os centros urbanos, devem ser considerados os diversos graus e as múltiplas relações entre o futuro de operário ou de funcionário de serviços e as profissões mais dependentes de capital escolar. Além disso, se por um lado, particularmente no que tange aos homens, há uma forte tendência para as profissões associadas à agricultura (técnicos, agrônomos, veterinários), para as mulheres a associação mais forte é com o setor educacional e serviços em geral.

Quanto à passagem direta para a condição de operário, é necessário considerar que a região central do estado, onde se situa o assentamento, caracteriza-se pela fraca industrialização e baixa oferta desse tipo de oferta de trabalho. A maior parte que segue esta alternativa desloca-se para os centros industriais.

A força de atração dos centros e dos mercados urbanos, no entanto, tem efeitos diferenciados e contraditórios e, pelo menos para uma boa parte dos assentados e seus descendentes, não significa uma perspectiva de fim da condição de pequeno produtor rural. A própria condição de assentado tende a reforçar certos laços sociais entre os próprios. Assim, no que tange às relações de parentesco, dos 60 entrevistados em 1994, cuja documentação foi posta à disposição, 35 tinham parentes também residentes no assentamento de Novo Mundo, sendo que 22 não tinham qualquer parente (além de alguns sem informações). Desses 35, pelo menos 14 tinham mais de três parentes no assentamento. No que tange aos companheiro(a) do entrevistado, 16 tinham parentes e destes, sete tinham mais de três morando no assentamento, sendo que 26 dos companheiros(as) não tinham parentes no assentamento (além de 13 sem informações). Portanto, há uma tendência de o chefe da família ter mais parentes no próprio assentamento. Além disso, 41 entrevistados (de 60) tinham parentes em outros assentamentos, e apenas 13 declararam não possuir (o restante 6 não têm informações). Quanto ao companheiro(a) do entrevistado, 32 tinham parentes em outros assentamentos, 18 declararam não ter e 10 não informaram. Além disso, a quase totalidade dos entrevistados declara ter compadres e destes, boa parte tem mais de três, sendo quase todos residentes no próprio assentamento.

Considerações Finais

O principal problema tratado no artigo consiste nas relações e tensões entre os interesses e atividades de militância e as diferenças quanto às expectativas de retribuições num assentamento vinculado ao MST. Como parece ter ficado evidente, nas condições estudadas, ao mesmo tempo em que a autonomia da militância cresce na medida em que a estrutura do "movimento" se fortalece, sua dinâmica continua a depender das condições sociais de existência e inserção social das bases e de suas mudanças. Ou seja, na passagem da fase de "acampamento" para a de "assentamento", enquanto para a direção passa a ser crescentemente importante reforçar sua posição de mediador de políticas e de recursos públicos para os assentados, não se restringindo à militância por distribuição de terra, para os assentados se torna crescentemente difícil manter os investimentos anteriores no forte engajamento e militância. Além da nova situação decorrente da obtenção do lote de terra e dos requerimentos do ciclo de produção, entram em pauta as novas condições exigências de ordem familiar ou associadas aos novos estágios no ciclo de vida.

Por outro lado, essas novas condições tendem a aumentar as diferenças quanto às expectativas de retribuições da militância. Enquanto para os assentados sem destaque enquanto “líder” ou dirigente do “movimento” a principal razão de agir se concentra na obtenção de terra e, através disso, na conquista de condições para a reprodução enquanto agricultor ou eventual reconversão profissional das novas gerações em condições razoáveis, para as “lideranças” (e “intelectuais”) de destaque trata-se, particularmente, de um meio de “transformação social”. Portanto, nesse segundo caso, as retribuições mais valorizadas tendem a ter um caráter mais simbólico e menos utilitário, embora se trate mais de polarizações que propriamente de categorias que se excluem. No caso estudado essas tensões e ambivalências ficam ainda mais explícitas por se tratar de um assentamento no qual se concentraram “líderes” de destaque e, inclusive, como consequência disso, foi onde foi posta em prática de modo mais completo a orientação do “movimento” no sentido da “socialização da produção”.

Referencias bibliográficas

- BOGO, A. (1994) **Perspectivas da Cooperação no MST**. Bahia (mimeo).
- BOSWELL, L. (2004) “La appetite propriété fait le communisme (Limousin, Dordogne)”, **Études Rurales**, nº 171-172, jul.-déc.
- BOURDIEU, P. (1981) “La représentation politique; éléments pour une théorie du champ politique”, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** (36/37), jan./mars.
- BOURDIEU, P. (2000) **Propos Sur le Champ Politique**. Paris, Presses Universitaires du Lyon.
- BOURDIEU, P. (1994) **Raisons Pratiques**; Sur la théorie de l’action. Paris, Editions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1977) “Une classe objet”, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** (17-18), nov.
- CHAMPAGNE, P. (1986) “La reproduction de l’identité”, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** (65).
- CHAMPAGNE, P. (1975) “La restructuration de l’espace villageois”, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, mai.
- CONCRAD – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (1994). **Texto Preparatório para o Seminário sobre a Crise nas CPAs e Coletivos**. São Paulo (mimeo).
- FAO/INCRA (1998). **Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília (mimeo).
- GAXIE, D. (2005) “Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective”, **Swiss Political Science Review**, 11(1).
- INCRA (2006). Divisão de Suporte Operacional - SR/11-O. **Distribuição de PAS por município**. Banco de dados (s.n.t.).
- LAGRAVE, R.M. (2004) “Introduction”, **Études Rurales**, nº 171-172, jul.-déc.

- LAGROYE, J. (2003) Les processus de politisation (dir.). **La Politisation**. Paris, Belin.
- MARESCA, S. (1981) "La représentation de la paysannerie. Remarques ethnographiques sur le travail de représentation des dirigeants agricoles", **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, (38), mai.
- MCADAM, D. (1989) "The biographical consequences of activism", **American Sociological Review**, 54 (4).
- MCADAM, D. (1993) "Specifying the relationship between social ties and activism", **American Journal of Sociology**, 99.
- MISCHI, J. (2004) "Um parti ouvrier em milieu rural", **Études Rurales**, nº 171-172, jul.-déc.
- MST (1994) **Relatório do Seminário sobre "A Perspectiva da Cooperação no MST"**. Caçador (mimeo).
- OFFERLÉ, M. (1998) **Sociologie des Groupes d'Interêt**. 2e.ed., Montchrestien.
- PIZZORNO, A. (1988) Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da "escola racional", in FOXLEY, A., McPHERSON, M. E O'DONNELL, G. (orgs.). **Desenvolvimento e Política e Aspirações Sociais: o pensamento de Albert O. Hirschman**. São Paulo, Vértice e Editora da Revista dos Tribunais.
- PUDAL, B. (2004) "Posface", **Études Rurales**, nº 171-172, jul.-déc.
- TARROW, S. (1991) "Struggle, politics and reform: collective action, social movements and cycles of protest", **Cornell Studies in International Affairs, Western Societies Paper**, nº 21.
- TILLY, C. (2004) **Social Movements, 1768-2004**. Boulder, London, Paradigm Publishers.